

Para Sarney, a crise é só do Estado

JOSÉ NÉUMANNE PINTO
Enviado especial

Pronto para deflagrar uma nova política econômica, com preços liberados e tarifas alfandegárias reduzidas e consciente de que o drama brasileiro é "a crise do Estado", o presidente José Sarney está disposto a apelar para o rigor da lei contra a oposição nas ruas a alguns itens de sua política, como o congelamento da URP para o funcionalismo federal. "Passamos três anos sendo tolerantes. Agora, contudo, não é possível continuar assim, porque o País precisa modernizar-se e não pode se isolar. Só usaremos a lei, mas não vamos tergiversar", comentou ele, numa audiência, em seu gabinete com mobiliário novo, no Palácio do Planalto, em Brasília.

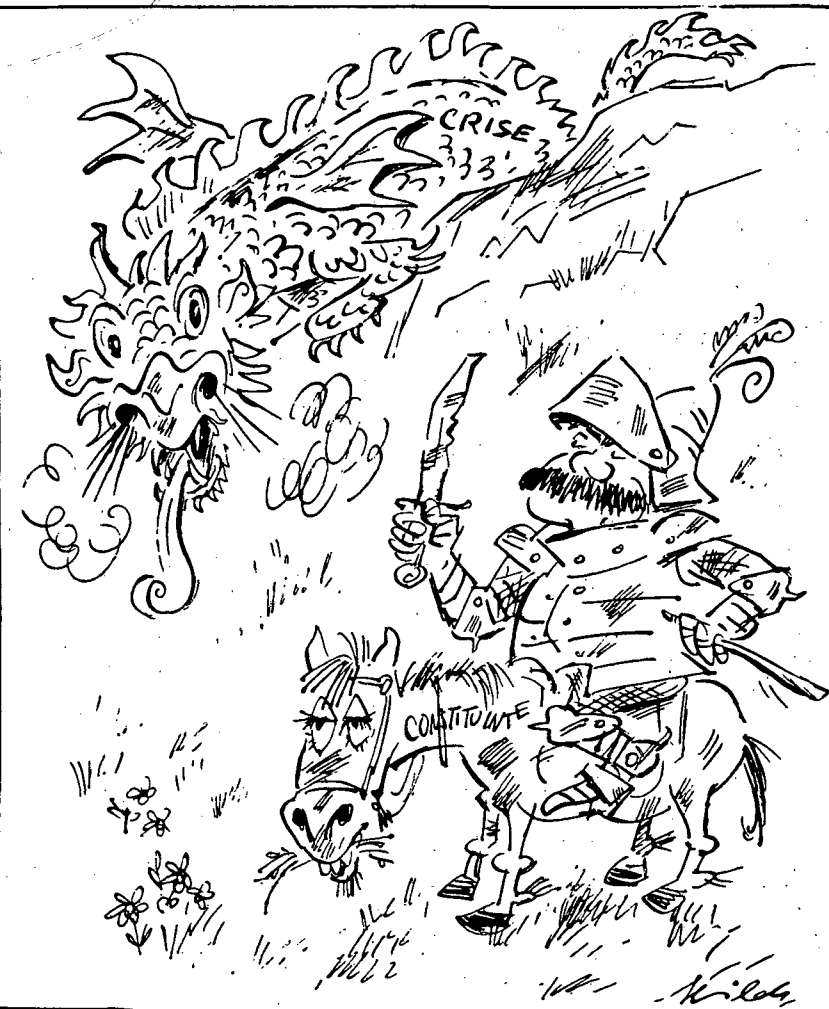
Sob o olhar atento de dom Pedro I, em seu clássico retrato a óleo, comodamente instalado num jogo de sofás em frente à austera escrivaninha usada por Getúlio Vargas no Estado Novo, o presidente da República confirmou que a política econômica de seu governo será adotada por medidas que terão uma linha de coerência, mas sem impactos de pacotes. Quando o interlocutor lhe perguntou se o ministro da Fazenda, Mafalda da Nóbrega, transportou tal política em sua bagagem para Washington, o presidente preferiu ser reticente: "O ministro levou apenas fatos". De acordo com Sarney, o Brasil real não conhece a crise, em toda a sua dimensão. "A crise não é do Brasil, é do Estado. Trata-se de uma crise de caráter político, causada pela fraqueza dos partidos

e pela desestabilização do poder provocada pela Constituinte. Mas também uma crise de caráter administrativo, com suas raízes plantadas na desorganização crônica da administração pública brasileira", ele comentou, durante a audiência.

TRANSIÇÃO

Na manhã seguinte a um jantar com o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, e duas horas após se encontrar com o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, no café da manhã, o presidente da República manifestou seu ceticismo em relação à ressurreição da Aliança Democrática. Mas explicou seus encontros com os chefes políticos pela necessidade da realização da transição política, sem traumas. "Meu objetivo é e continua sendo dar posse a um presidente eleito diretamente pelo povo. Para conseguir isso, tenho feito muitos sacrifícios e enfrentado muitas incompreensões. Muita gente que está dizendo ser a favor de apressar o processo eleitoral, na prática está trabalhando contra ele", queixou-se.

Outra queixa permanente do presidente é contra a lentidão dos trabalhos do Congresso Constituinte, no centro da Praça dos Três Poderes, a poucos metros do Palácio onde está seu gabinete. "Qualquer Constituição deve ter a função de tornar o País governável, dentro de qualquer regime e sob qualquer ideologia, a não ser no caso dos países socialistas, cujas Constituições garantem o caráter indestrutível



desse Estado socialista. A Comissão de Sistematização da Constituinte — ao contrário disso — tentou redigir um texto que tornaria o Brasil administrável apenas por um regime condizente com a ideologia da maioria de seus membros. Foi contra esse tipo de coisas que eu resisti", explicou Sarney.

Uma das causas da crise política, de que Sarney fala, é, na opinião do presidente, o fato de o Brasil não ter-se preparado para fazer funcionar uma Constituinte. O texto que está sendo produzido no Congresso Nacional o preocupa muito, do ponto de vista da governabilidade do País. Quando o interlocutor citou o exemplo da parte referente à organização sindical, que libera as greves, sem freios, o presidente chegou a se inflamar: "Imagine se, com base nas garantias desse texto, grupos radicais resolverem tocar fogo em Brasília. Você acha que eu vou fazer o quê? O que é que eu posso fazer?"

FUNCIONALISMO

A possibilidade de o funcionalismo reagir com greves gerais às medidas do governo não tira o presidente de seu raciocínio estrutural a respeito do problema do funcionalismo público federal. Um dia depois de ter-se encontrado com o secretário da Administração da Prefeitura de São Paulo, jornalista e administrador de empresas João Mellão Neto, o presidente lembrou, na conversa informal, que os problemas do funcionalismo federal são complexos demais, envolvem muitas leis, muitas sistemáticas de equiparação, muitos regimes de pa-

gamentos e benefícios e, por isso, só pode ser enfrentado com "a vontade política da Nação. Não basta o presidente querer".

Este exemplo serve para a introdução do presidente a um de seus temas favoritos: as limitações dos poderes presidenciais. "A tradição e a história do Brasil, com raízes na colônia, fazem com que muitos pensem que o presidente tudo pode, basta querer. Isso está bem longe da verdade. O poder no Brasil é muito fracionado, não apenas por Estados e municípios, mas também até pelas autarquias. É muito difícil fazer valer uma ordem presidencial numa autarquia pública, com seus complexos estatutos próprios." Ao argumento do interlocutor de que a vitória do presidente na "superterça" (quando se votaram presidencialismo e mandato de cinco anos no plenário da Constituinte), Sarney responde que não foi uma vitória sua, "mas da Nação", lembrando, para reforçar sua resposta, as votações das bancadas de esquerda do PDT e do PT em favor do sistema presidencial de governo.

"Além de o poder ser fracionado no Brasil, está funcionando uma Constituinte, que é um poder altamente desestabilizador e, por isso mesmo, um dos três grandes desafios que o Brasil deve enfrentar neste momento", comentou o presidente. Este desafio se insere num problema político histórico no Brasil: o populismo. "O populismo é um estilo de fazer política próprio dos anos 50. Num Brasil moderno, não faz sentido ser populista", disse José Sarney.